

RESENHA

Espacios Urbanos y Sociedades Transfronterizas en la Amazonia. Carlos G. Zárate (Ed.) Leticia, Colombia: IMANI- Instituto Amazónico de Investigaciones; Universidad Nacional de Colombia – Sede Amazonia, 2012.

Carlos G. Zárate (Ed.). Espacios Urbanos y Sociedades Transfronterizas en la Amazonia

*Leticia Núñez Almeida**

Este livro, publicado em espanhol, é uma compilação dos trabalhos apresentados no Seminário Internacional “*Espacios Urbanos y Sociedades Fronterizas en la Amazonia*”, realizado entre os dias 24 e 26 de novembro de 2010, nas cidades de Leticia e Tabatinga. O evento fez parte do VIII mês da investigação que a sede Amazônia da Universidade da Nacional da Colômbia e o Instituto Amazônico de Investigações – IMANI – realizam semestralmente, desde 2007, reunindo pesquisadores de temas envolvendo a região da amazônica, o que resultou nesse trabalho. O projeto geral é um produto do Programa de Investigação sobre Fronteiras e Populações Fronteiriças, desenvolvido pelas instituições já citadas, com participação das Universidades Estadual e Federal do Amazonas.

A motivação desse seminário, que se transformou em livro, está na ideia de proporcionar e fortalecer uma cooperação entre instituições e pesquisadores, que estão atualmente investindo em pesquisas sobre as fronteiras latino-americanas. A intenção é que cada vez mais se pense as fronteiras e se produza academicamente nesses espaços de margens das nações amazônicas, abrindo, assim, possibilidades de intercâmbio de conhecimentos com os grandes centros.

As fronteiras dos países amazônicos por muito tempo foram deixadas de lado pelos estudos em ciências sociais e pelas políticas públicas em geral. Os artigos aqui apresentados expressam um esforço multidisciplinar em ressaltar a importância desses assentamentos urbanos binacionais e trinacionais, no que diz respeito, tanto à soberania dos Estados nos seus territórios quanto aos espaços de encontro de nações distintas, que criam sociedades complexas ainda pouco conhecidas.

O livro está organizado em três partes. Na primeira seção, intitulada “Espaços urbanos fronteiriços na história da Amazônia”, como o próprio

* Doutoranda em Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, bolsista FAPESP, pesquisadora do Grupo Violência e Fronteiras NEV/USP/INCT.E-mail: Inalmeida@usp.br

título sugere, apresenta artigos com uma abordagem histórica dos processos de surgimento e de transformação dos assentamentos urbanos da Amazônia até a atualidade. O trabalho *Ciudades pares en la frontera amazónica colonial y republicana*, do sociólogo Carlos G. Zárate B., abre a compilação com uma conceituação de cidades-pares, ou cidades-gêmeas, ou trinacionais, como populações ou assentamentos urbanos localizados em ambos os lados de uma fronteira política. Para o autor, historicamente, esses espaços são a expressão social e cultural dos processos de enfrentamentos e negociação entre os estabelecimentos, da época colonial, e entre as entidades e os Estados nacionais, que resultaram a partir das delimitações territoriais na região amazônica. Nesse caso, o foco de análise está na constituição, formação e transformação das cidades de fronteira da Colômbia com seus vizinhos, Equador e Peru ao Sul, e Venezuela e Brasil no Alto Rio Negro, no intuito de compreender o fenômeno urbano da Amazônia que se estabelece nas margens, resultado do contato de dois ou mais países.

Segundo o mesmo autor, as expedições de limites e demarcações, criadas pelos tratados de Utrecht em 1713, de Madrid em 1750 e de San Idelfonso em 1777, e responsáveis por aplicar na prática os acordos entre as coroas portuguesa e espanhola, podem ser determinantes para explicar a divisão da Amazônia e de suas fronteiras. O trabalho realizado na Amazônia, no intuito de tornar reais os dispositivos dos tratados, durou décadas e contou com uma série de outras negociações que foram surgindo, tendo em vista que essas terras já possuíam “donos”, que evidentemente não foram incluídos nessas negociações das realezas.

Os indígenas da Amazônia apresentaram aos colonizadores uma complexidade de dinâmicas socioculturais e históricas específicas e se tornaram os principais protagonistas nesse processo de demarcação dos limites territoriais. Entretanto, essa participação se deu por meio de relações de subordinação escravocrata às coroas europeias. O antropólogo Jean Pierre Goulard, no artigo *El medio-amazonas a finales del siglo XVIII: un espacio insumiso*, trabalha o conceito de limite como uma categoria dinâmica e conectada às disputas econômicas, sociais, políticas e religiosas entre as coroas portuguesa e espanhola, nos de 1760 até 1780.

A definição dos limites e domínios teve como atores-chave os indígenas, utilizados por ambas as coroas como instrumento de legitimação e de formação de uma comunidade nacional, passando do *status* de selvagens para portugueses e espanhóis. Com a justificativa de que o espaço e a identidade criam o território, não só as terras foram apossadas, mas também os seus moradores, suas riquezas e seu conhecimento único da Amazônia em todos os seus aspectos.

O investimento estatal na política de nacionalização da população local, no caso os índios, foi determinante para a formação das relações não

só entre brancos e indígenas, mas também entre os últimos, dependendo do lado da fronteira que estivessem. Exemplo dessa situação foi apresentada no artigo *Los indígenas en la frontera Brasil-Guayana francesa*, da antropóloga Claudia Leonor López. A autora analisa o processo de configuração histórica da fronteira Brasil-Guayana Francesa e as dinâmicas socioculturais e políticas, depois da sua demarcação na primeira metade do séc. XX, compreendendo os impactos das políticas de Estado nas populações que habitam essa região. O enfoque do estudo está próximo de uma Antropologia do Estado, tecendo uma análise de como o Estado se faz presente na vida cotidiana das pessoas.

No caso da França e do Brasil, as diferenças entre as estratégias jurídicas, políticas e organizativas dos dois países criaram relações de exclusão e mobilidade trans-fronteiriça, enquanto os indígenas do lado francês eram reconhecidos como cidadãos e recebiam subsídios do Estado; outros da mesma etnia, mas que viviam do lado brasileiro, não tinham acesso a esses benefícios.

Essas dinâmicas envolvendo as políticas governamentais e os seus impactos nas populações trans-fronteiriças são um caminho profícuo à compreensão dos processos de formação das fronteiras brasileiras em geral, e da região amazônica em particular. Os espaços fronteiriços, que hoje estão geopoliticamente demarcados, passaram por transformações urbanas e sociais pouco conhecidas pelas ciências sociais, e que podem revelar muito sobre sua morfologia atual.

No último trabalho da primeira parte com enfoque histórico: *Leticia, la transformación urbana de una ciudad amazónica y fronteriza 1867-1969*, o pesquisador José Enrique Picón Acuña analisa a formação da cidade de Leticia, constituída inicialmente por assentamentos urbanos peruanos na fronteira com o Brasil. Em 1930, Leticia foi entregue oficialmente à Colômbia, formando a tríplice fronteira com Iquitos (Peru) e Manaus (Brasil), mas foi a partir dos anos cinquenta, acompanhando a modernização de algumas capitais latino-americanas como Bogotá, Lima e Caracas, que a cidade começa a ser alvo de investimentos políticos. Os comerciantes com atividades de importação e os missionários do governo espanhol buscavam revelar à Leticia o que deveria ser uma civilização, desconsiderando, evidentemente, a origem amazônica dos moradores locais. Os investimentos foram concentrados em infraestrutura, especialmente aeroportuária, abrindo caminho para o turismo e os negócios trans-nacionais, transformando Leticia em um centro urbano com serviços de saúde, educação e lazer. O novo contexto atraiu os moradores dos municípios limítrofes abandonados pelos seus Estados, desenvolvendo uma rede de inter-relações e interdependência que permanecem, em certa medida, até a atualidade.

A segunda parte do livro traz experiências teóricas e metodológicas de pesquisas sobre as fronteiras amazônicas. No trabalho *Reconociendo*

la frontera UE-MERCOSUR: espacio, visión e imaginación 'dreyfusard' sobre el puente del río Oyapock, Olivier Thomas Kramsch alerta para a falta de produção de conhecimento sobre a fronteira da União Européia com o Brasil – as chamadas “fronteiras esquecidas”. Tendo como recorte empírico a fronteira de Saint-Georges de l’Oyapock (Guiana Francesa) e Oiapoque (Brasil), no período de construção da ponte que liga as duas cidades, o autor propõe algumas categorias de análise desses espaços para além das ideias de limite e frentes de expansão, conceitos normalmente utilizados nos debates teóricos sobre as fronteiras da América Latina. A proposta do autor abre possibilidades de objetos de estudo, sem aprisionar o tema das relações trans-fronteiriças, redes ilegais de tráfico de drogas e contrabando. Nesse sentido, o artigo *Zona de frontera e ciudades gêmeas: una tipología das interações trans-fronteiriças*, da geógrafa Rebeca Steiman, preocupa-se em demonstrar a riqueza das interações espaciais que acontecem nas cidades gêmeas, das quais as transações ilegais, segundo a autora, são uma parte muito pequena. A posição geográfica singular dessas fronteiras permite a articulação de redes locais, regionais, nacionais e trans-nacionais, criando relações de interdependência entre as faixas de fronteira de Estados distintos. Não há como falar em fronteira de uma forma homogênea; existem, sim, muitos tipos de fronteiras, cada qual com sua história e especificidades geopolíticas – a faixa brasileira possui 17 mil km onde se encontram tipologias completamente distintas.

Alguns mapeamentos estão sendo realizados na região amazônica, no intuito de analisar os processos diferenciados de territorialização e sua relação com a diversidade sociocultural da Amazônia. Exemplo desse trabalho é o apresentado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, intitulado *Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia*. Utilizando de técnicas de mapeamento social, o PNCSA¹ visa mapear as identidades coletivas através de seus esforços mobilizatórios, atores do campo político como indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores, etc., assim como suas formas de organização e/ou associação. A cartografia é feita pelos próprios membros da comunidade que recebem capacitação para tanto, evitando assim mediações que podem se interpor entre os movimentos sociais e os aparatos do Estado, sob a égide de “mapeamentos participativos”. Trata-se de materiais contingenciais referentes a diferentes momentos do processo de territorialização, que têm servido como instrumento de luta e de publicização de direitos territoriais e étnicos de comunidades amazônicas, ao encaminhar suas reivindicações às instituições estatais. Outra experiência utilizando dessa metodologia é a do artigo *Territorio y sustentabilidad en el río Javari: una experiencia de cartografía so-*

¹ Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

cial, no qual o pesquisador Juan Carlos Peña Márquez descreve o processo de elaboração de mapas sociais sobre a realidade sociocultural e ambiental dos moradores da bacia do Rio Javari, na Amazônia brasileira, que faz fronteira com o Peru. Esse método propõe uma construção coletiva do conhecimento, no intuito de gerar reflexões sobre quais políticas que devem ser desenvolvidas para garantir a sustentabilidade dos territórios indígenas do Vale do Javari.

Atualmente, pode-se considerar que as cartografias sociais são instrumentos de fortalecimento dos povos da Amazônia diante do Estado; este que não os reconhece como atores sociais e sujeitos do seu próprio território, assim como ignora os indígenas assassinados por disputas de terras, os mortos por não ter atendimento médico nos casos de malária, hepatite, etc.

A terceira parte do livro apresenta trabalhos que têm como tema as dinâmicas socioespaciais trans-fronteiriças em três importantes fronteiras amazônicas. No artigo *Comercio ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga*, o investigador Jorge M. Aponte Motta busca analisar alguns elementos econômicos, sociais e espaciais que condicionaram a transformação espacial urbana dos municípios de Leticia (Peru) e Tabatinga (Brasil). Os caminhos históricos percorridos pelo autor revelam que os processos urbanos nas cidades gêmeas não são necessariamente similares ou duplicados, havendo, em muitos casos, uma construção de complementaridade binacional que vai se modificando de acordo com as conjunturas econômicas e sociais de cada país. É evidente que não só as questões econômicas possuem efeitos espaciais na fronteira e nas suas práticas comerciais, mas também tensões políticas e de identidade que alimentam uma diversidade de dinâmicas sociais e culturais trans-fronteiriças. As configurações culturais nesses espaços estão também permeadas pelas ações e tensões estatais, constituindo as relações sociais que envolvem uma complexidade de práticas e disputas de interesses, ao longo da história das fronteiras brasileiras até a atualidade.

Os intercâmbios e desencontros dessas relações são analisados no artigo *Fronteras culturales sociabilidades: poblaciones en la triple frontera (Brasil/Bolivia/Perú)*, onde a historiadora Celia Toledo Lucena investiga alguns movimentos populacionais na tríplice fronteira formada pelos municípios de Bolpebra (Bolívia), Iñapari (Peru) e Assis Brasil (Brasil). A mistura de idiomas, hábitos, atividades sociais, comerciais, profissionais e laços de parentesco fazem com que as pessoas transitem e migrem de um país a outro em diferentes contextos, por necessidade, interesses políticos, subjetivos, etc.

Nesse contexto, algumas fronteiras simbólicas e culturais se constituem internamente em cada município, como é o caso da relação entre migrantes, que chegaram pela Transoceânica, e os nativos de Iñapari. Outras relações de sociabilidade são construídas, encontros e afastamentos,

racismos e discriminação que mobilizam os “de fora” a se organizarem de forma associativa, no intuito de fortalecer sua identidade e ocupar uma maior aceitação na sociedade local. Os limites culturais se transformam em novas práticas de integração dos costumes decorrentes dessa mobilidade populacional, revelando peculiaridades e contradições típicas dessa região da Amazônia.

Um conceito interessante para analisar esses espaços é o de “nodo de trans-fronteirização”, apresentado no trabalho *Conformación de un nodo de tranfronterización en el bajo Caquetá- Japurá* pelo antropólogo Nicolas A. Victorino R. Seriam pontos de conexões onde confluem diferentes redes, políticas globais e locais, fluxos de mercado, etc. que constituem uma realidade local heterogênea. O autor mostra a origem, a constituição e o desenvolvimento de um nodo de trans-fronteirização com suas relações econômicas, socioespaciais e de parentesco, a partir da história de um núcleo familiar multiétnico que vive na fronteira formada pelos municípios de La Pedrera (Colômbia) e Vila Bittencourt (Brasil), na região noroeste da Amazônia. O nodo trans-fronteiriço, como categoria de análise, pode ser um instrumento revelador do que está em jogo quando se fala de relações trans-fronteiriças, das diferentes disputas de interesses políticos, que envolvem esses territórios tão preciosos para os Estados-Nação.

Os estudos acadêmicos reunidos neste livro refletem o desafio de produzir conhecimento sobre a região amazônica e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a importância de se pensar políticas públicas levando em conta as comunidades locais. As análises mostram um lado e fazem o esforço de situar as populações fronteiriças em um contexto mais amplo das quais elas são constituídas. São as margens dos Estados, os limites, as terras de ninguém são apresentadas aqui como territórios repletos de “alguéns”, histórias e dinâmicas sociais pouco conhecidas nos grandes centros urbanos, onde as representações sobre as fronteiras estão aprisionadas à ideia de redes criminais de tráfico e contrabando.

Assim, tendo em vista que as fronteiras são um ponto de tensão entre as ações globais do Estado e as dinâmicas locais, pode-se defender, como o fizeram de alguma forma todos os autores, à guisa de conclusão, o argumento de Buursink:²

(...) pensar las políticas de frontera desde lo local, se convierte en un elemento fundamental para comprender estos espacios desde su particularidad transfronteriza y no desde los diseños imaginados por los Estados a través de ópticas solamente nacionales que omiten en la planeación las lógicas de frontera, o desde la gemelidad como metáfora biológica que impide comprender las diferencias intrínsecas de las relaciones fronterizas.

2 BUURSINK, 2001 citado por MOTTA, 2012, p. 234.